

Estágio supervisionado no Ensino Fundamental: práticas de ensino de Língua Portuguesa e Literatura em contexto pandêmico

Supervised Internship in Elementary education: Portuguese Language and Literature teaching practices performed during the pandemic

Priscila Ogliari Mariani¹
Cristina Bohn Citolin²

Resumo

O presente trabalho busca relatar as experiências de ensino desenvolvidas no componente curricular de “Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental - Língua e Literatura”, integrante do curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul *campus* Bento Gonçalves. A regência de classe foi realizada em dupla, dadas as circunstâncias impostas pela pandemia de COVID-19, e ocorreu com três turmas de 6º ano do Ensino Fundamental em uma escola da rede municipal de ensino. Este relato busca descrever e contrastar o processo de planejamento e execução das atividades docentes no estágio curricular supervisionado durante e após o período de ensino remoto emergencial nas instituições de educação básica, bem como as adaptações necessárias devido ao contexto pandêmico. As aulas foram realizadas de forma majoritariamente presencial; contudo, os reflexos das políticas de isolamento se manifestaram tanto no planejamento das aulas quanto no desempenho dos alunos, uma vez que a maior parte do ano de 2021 foi realizada em atividades a distância. O contraste entre as aulas presenciais e remotas evidencia a relevância das aulas presenciais para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para o Ensino Fundamental, processo que é dificultado pela distância física do professor nas aulas remotas.

Palavras-chave: Estágio de Língua Portuguesa e Literatura. Ensino Fundamental. Licenciatura em Letras.

Abstract

This report describes the teaching experiences performed during the curricular component of “Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental - Língua e Literatura”, offered by the Portuguese Language and Literature undergraduate course at Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul *campus* Bento Gonçalves. The internship was carried out in pairs, given the circumstances required by the COVID-19 pandemic, and took place in three groups of the 6th grade of Elementary Education, in a public school. The aim of this study is to describe and contrast the process of planning and carrying out the teaching activities throughout the supervised curricular internship during and after the period of emergency remote teaching in the public institutions, as well as the adaptations that needed to be done due to the pandemic context. The lessons were performed mostly through in-school classes; however, the consequences of the isolation policies have affected both the planning of the lessons and the way students have responded to them, since most school activities happened online in 2021. The contrast between in-school classes and online classes have shown the relevance of in-school classes to the process of developing the competences and abilities expected from Elementary Education. This process is hampered as a consequence of the physical distance from the teacher in online lessons.

Keywords: Internship in Portuguese Language and Literature. Elementary education. Language and Literature teaching.

¹ Graduação em Letras. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0124-4379> E-mail: priscila.ogliari@hotmail.com.

² Doutorado em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3059-8870> E-mail: cristina.citolin@bento.ifrs.edu.br.

1 Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental: Uma introdução

A Educação Básica e a Educação Superior compõem duas grandes etapas da educação formal no Brasil, conforme estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), no art. 21. No art. 4 da mesma lei, determina-se que a Educação Básica é obrigatória enquanto a superior não. Por isso, a Educação Básica constitui o momento de maior contato com o ensino e saberes acadêmicos, além de, para muitos jovens, representar o único contato que terão com os estudos formais, uma vez que grande parte dos brasileiros ainda não chega à Educação Superior. Das três etapas que compõem a Educação Básica, o Ensino Fundamental é a mais extensa, representando nove anos da educação escolar, momento em que os alunos aprenderão a ler, a escrever, a interpretar textos orais ou escritos e a se colocar no mundo de forma mais consciente a partir do uso da linguagem.

Tendo isso em vista, mostra-se indispensável uma formação que prepare os professores para atuar nessa etapa, e os estágios supervisionados obrigatórios compõem parte essencial desse processo de preparação dos profissionais da educação. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica, definidas pela resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, tratam da organização curricular dos cursos superiores para a formação docente, no capítulo III, e, nesse sentido, instituem a

VIII - centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC). (BRASIL, 2019, p. 4)

Além disso, o capítulo IV, que trata dos Cursos de Licenciatura, discorre a respeito da realização das práticas pedagógicas ao longo do curso e da articulação entre os estudos e as práticas pedagógicas previstas nos componentes curriculares com os componentes de estágio.

§ 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso [...].

Três estágios supervisionados que envolvem regência de classe na Educação Básica integram a grade do curso de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa ofertado pelo IFRS *campus* Bento Gonçalves — a saber: Língua e Literatura no Ensino Fundamental, Literatura no Ensino Médio e Língua Portuguesa no Ensino Médio. Esses estágios são obrigatórios para a obtenção de grau. Além disso, cada um deles tem como pré-requisito um componente curricular de Laboratório de Ensino, que visa à preparação para a realização do estágio no semestre seguinte, conforme disposto no Projeto Pedagógico

do Curso (IFRS, 2017). O documento ressalta a necessidade de articulação entre o conhecimento técnico e a prática em sala de aula, destaca as atividades práticas propostas em várias disciplinas ao longo de todo o curso e aponta que “além delas, há as disciplinas de Laboratório de Ensino, cujas ementas encaminham a reflexão sobre a prática em sala de aula, a realização de aulas e a inserção dos estudantes em atividades reais do ambiente escolar” (IFRS, 2017, p. 27).

Nesse contexto, o presente relato busca trazer um panorama da disciplina de Estágio Supervisionado — Língua e Literatura no Ensino Fundamental, realizada no ano de 2021 e 2022, com enfoque nas experiências de regência de classe e no contexto de ensino-aprendizagem. Através dessa experiência, também se propõe uma reflexão a respeito das influências do contexto pandêmico nesse momento de formação, que refletiram tanto nas práticas dos discentes estagiários quanto nos alunos de Ensino Fundamental com quem se teve contato. O estágio foi realizado em três turmas de 6º ano em uma escola municipal de Bento Gonçalves.

Dado o ano atípico de 2021, em função das implicações do contexto pandêmico, diversas adaptações precisaram ser feitas, desde o componente de Laboratório de Ensino I — Língua e Literatura no Ensino Fundamental — até o componente de Estágio Supervisionado e o período de regência propriamente dito. Um primeiro ponto relevante é que o estágio foi realizado em dupla, em função das circunstâncias criadas pelas restrições da pandemia, uma vez que muitas escolas restringiram o acesso de pessoas externas às instituições, devido às políticas de distanciamento, acarretando em menos oportunidades para a inserção de estagiários nesses contextos. A realização do planejamento e a execução das aulas em dupla também foram benéficas para que se pensasse conjuntamente em alternativas frente ao contexto inédito de ensino que se apresentava. Além disso, devido a um descompasso entre o calendário das instituições, foi necessário adiantar para a disciplina de Laboratório de Ensino parte das atividades que seriam realizadas posteriormente no componente de Estágio Supervisionado, em especial a realização dos planejamentos que seriam aplicados, e condensar atividades dos dois componentes. Dessa forma, o período de regência de classe do estágio começou logo que o componente de Estágio Supervisionado teve início, visto que isso ocorreu no mês de outubro e era necessário que houvesse tempo hábil antes do final do ano letivo para que se cumprisse a carga horária de regência, prevista no Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado das Licenciaturas (IFRS, 2018).

Assim, o componente de Estágio Supervisionado foi repensado de modo a compreender o período de regência de classe, a elaboração do Relatório do Estágio Curricular Supervisionado e a produção de um texto acadêmico, também produzido a partir das experiências da regência. Portanto, este relato faz parte da proposta da referida disciplina e é produto dela.

2 Regência de classe

A regência de classe ocorreu em uma Escola Municipal de Ensino Médio da cidade de Bento Gonçalves. Segundo o censo de 2010 do IBGE, o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,778, um IDHM alto que o qualifica como um município rico, que oferece saúde e educação pública. Esse contexto possibilita o acesso de diferentes públicos às escolas municipais, de modo que nelas se encontra um quadro composto por estudantes com condições bastante diversas de acesso e de suporte aos estudos. Essas diferentes condições de acesso e, especialmente, de suporte são um fator de notável relevância quando se trata dos reflexos de um contexto de ensino remoto, como foi o caso das escolas municipais e estaduais do município de Bento Gonçalves ao longo de grande parte dos anos de 2020 e 2021, ou mesmo de um contexto de ensino híbrido, como ocorreu, posteriormente, em parte 2021, no período transitório entre o ensino remoto e as aulas presenciais.

Na ocasião do planejamento das sequências didáticas que seriam aplicadas às três turmas de 6º ano no período de regência, os alunos da escola que receberia as estagiárias já não estavam realizando as aulas de forma totalmente remota, mas ainda não haviam retornado integralmente ao ensino presencial. As aulas ocorriam em formato híbrido, de modo que as turmas estavam divididas em grupo A e grupo B, e as aulas presenciais eram intercaladas entre os dois, a fim de diminuir a quantidade de alunos em sala de aula. Dessa forma, na semana em que um grupo fazia a aula presencial, o outro fazia a aula de casa, e, na semana seguinte, invertiam-se os grupos que faziam a aula presencial e remotamente.

Todavia, houve mudanças nesse formato de ensino entre o período de desenvolvimento e de aplicação dos planejamentos. Essas alterações evidenciam o contexto de instabilidade a que estiveram sujeitos todos os integrantes do ambiente educacional, fossem alunos, professores ou gestores. Desse modo, no momento de realização do estágio, as turmas já haviam voltado a frequentar a escola de forma integral, com exceção dos alunos que optaram por seguir acompanhando as aulas apenas de maneira remota — esse, contudo, era um grupo minoritário. Os alunos que não estivessem frequentando as aulas presencialmente recebiam materiais impressos com os conteúdos da semana para que pudessem acompanhar as aulas.

Tendo em vista a necessidade de desenvolver esses materiais, foi necessário adaptar os planejamentos de modo que atendessem tanto àqueles que faziam a aula presencialmente quanto aos outros. Ao desenvolver os materiais que se destinariam aos alunos fazendo as aulas remotamente, evidenciou-se a dificuldade de elaborar materiais que dessem conta do conteúdo das aulas de Língua

Portuguesa e Literatura de forma satisfatória quando não há o contato direto com o professor, possibilitado nas aulas presenciais.

Essa divergência entre as aulas remotas e presenciais se mostrou evidente em duas dimensões do ensino trabalhadas nas aulas: na abordagem de conteúdos de natureza sintática e na abordagem da literatura. Quanto às questões de natureza sintática, os alunos em aula remota acabavam limitados à leitura de explicações e regras de uso e não tinham acompanhamento para realizar as atividades de fixação, enquanto os alunos em aula presencial contavam com uma explicação mais extensa, didática e que permitia o compartilhamento de dúvidas, além de contarem com o suporte das professoras estagiárias durante a realização e correção das atividades. Um exemplo disso foi a abordagem dos usos da crase desenvolvido em aula. Esse conteúdo foi apresentado aos alunos a partir do trabalho com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que havia sido feito no período anterior. Ao longo da aula sobre o ECA, diversas construções que envolviam a regência do substantivo transitivo “direito a” propiciavam a abordagem de uso da crase perante substantivos femininos precedidos por artigo definido, de forma comparativa a como a preposição “a” se comporta quando perante substantivos masculinos precedidos por artigo definido ou perante verbos no infinitivo, como é o caso das construções “direito à educação”, “direito ao esporte” e “direito a ser ouvido”.

A partir disso, no período seguinte àquele em que foi abordado o ECA, foi construída uma explicação, que, resumidamente, partiu de um momento em que os alunos foram perguntados sobre qual artigo definido deveria ser colocado diante dos substantivos “educação”, “cultura”, “esporte”, “respeito” e do verbo “brincar”, a fim de que chegassem à conclusão de que antes dos dois primeiros usa-se “a”, antes dos dois segundos “o” e que antes do verbo não se coloca nada. Após, aos sintagmas nominais, construídos da junção dos artigos definidos e substantivos e do infinitivo do verbo, foi acrescentada a construção “direito a”, de modo que os alunos pudessem visualizar, primeiramente, a junção entre a preposição “a” e o artigo definido “o”, para, posteriormente, visualizar com mais facilidade que a crase é o fenômeno que indica a junção da preposição “a” e do artigo definido feminino, e que, portanto, não ocorreria diante de formas masculinas. Além disso, destacou-se que, uma vez que antes de formas verbais infinitivas não se usa artigo definido, diante delas também não ocorrerá a crase. Toda essa explicação foi orientada no sentido de facilitar a visualização de qual é a função básica da crase e quando deve ocorrer, nesses contextos, sendo apenas uma introdução ao conteúdo. Após a exposição, os alunos foram orientados a realizar uma atividade em que deviam apontar em quais casos ocorreria a crase, apenas com exemplos do ECA e seguindo o mesmo modelo utilizado na explicação. Durante a realização da atividade, foi notável que a explicação por si só, ainda que construída gradualmente e iniciando apenas com conceitos básicos, não foi suficiente para que os alunos dominassem o uso da crase, o que

era esperado, de modo que tanto o momento destinado à realização das atividades quanto aquele destinado à correção, oportunizaram a tirada de dúvidas e fixação do conteúdo.

Os alunos que não estavam presentes não tiveram acesso à explicação oral, ao esclarecimento de dúvidas e à correção das atividades. Eles receberam o material impresso com o conteúdo semanal – que era referente a quatro períodos e, por orientações da escola, não poderia exceder 4 páginas – em que constavam explicações sobre o uso da crase, que foram produzidas com o cuidado de serem o mais facilmente compreendidas possível, além de sucintas para atenderem à limitação de páginas, e atividades. Com base nas dúvidas que os alunos que estavam em aula presencial apresentaram, mesmo com uma explicação mais detalhada do conteúdo, a perspectiva para os alunos que estavam em aulas remotas se mostra preocupante. Apesar do esforço das estagiárias de produzir um bom material de apoio, é muito difícil crer que os estudantes teriam a autonomia necessária para apreender o conteúdo de forma satisfatória sem o suporte de algum responsável, dado ao qual não se pôde ter acesso.

Na dimensão da literatura, as diferenças também foram marcantes. Das três sequências didáticas desenvolvidas para serem aplicadas ao longo do período do estágio, duas se organizavam em torno da literatura. O texto literário compunha o eixo a partir do qual foram evocados os estudos do gênero textual conto e também de questões linguísticas. Assim, grande foco foi dado à leitura dos textos, à interpretação, à percepção dos efeitos da literariedade.

O propósito de garantir centralidade ao texto literário encontra subsídio na produção de Antonio Candido (2011), que discorre a respeito da função humanizadora da literatura e a trata como um direito inalienável do ser humano, por exercer uma influência direta na constituição dos sujeitos na medida em que “confirma o homem na sua humanidade” (CANDIDO, 2011, p. 177). Candido ainda destaca que “por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo” (CANDIDO, 2011, p. 177). Michèle Petit (2009) vai ao encontro das colocações de Candido e acrescenta que “a linguagem diz respeito à construção dos sujeitos falantes que nós somos, à elaboração de nossa relação com o mundo. E que os escritores podem nos ajudar a elaborar nossa relação com o mundo [...] por nos oferecerem textos que tocam no mais profundo da experiência humana” (PETIT, 2009, p. 157).

Outro motivo que levou a literatura a ser privilegiada nos planejamentos foi a possibilidade de que, através das aulas, fosse possível indicar aos alunos um caminho para o gosto pela leitura, para que lhes fosse apresentada a oportunidade de despertar esse interesse. Esse gosto não pode ser imposto, mas pode ser motivado através da mediação e do contato com textos diversos.

Ninguém tem que ser obrigado a ler nada. Ler é um direito de cada cidadão, não é um dever. É alimento do espírito. Igualzinho a comida. Todo mundo precisa, todo mundo deve ter a sua disposição – de boa qualidade, variada, em quantidades que saciem a fome. Mas é um

absurdo impingir um prato cheio pela goela abaixo de qualquer pessoa. Mesmo que se ache que o que enche aquele prato é a iguaria mais deliciosa do mundo. (MACHADO, 2002, p. 15)

Além disso, conforme afirmam Torres e Tettamanzy (2008, p. 4), “os contos possibilitam enxergar as diferenças culturais e constatar que a diversidade é saudável”. Por isso, um dos textos levados para os alunos era um conto da literatura angolana, que, por ser escrito em uma variedade diferente da língua portuguesa, possibilitou o trabalho com as diferenças culturais, bem como a identificação de semelhanças entre os países e as culturas, e o trabalho com a variação linguística, preconizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018).

A metodologia adotada nas aulas foi ancorada nos pressupostos apontados por Torres e Tettamanzy (2008, p. 5), que indicam que “contar histórias é arte performática [...] A contação de histórias em performance permite a interação entre contador e ouvintes, o corpo e a voz propiciam vivências comunitárias, perdidas na aceleração da vida moderna”. Por isso, a leitura dos contos foi feita pelas professoras regentes, em voz alta, com o cuidado de imprimir ritmo às narrativas, de favorecer a imaginação das situações descritas, de trazer uma entonação que favorecesse a percepção do estado de espírito das personagens.

Esses aspectos da leitura, responsáveis por transformar as palavras em imagens e dar vida ao texto, são essenciais para a fruição do texto literário, pois facilitam que a literatura cause efeito no ouvinte e também no leitor. O intermédio por meio da leitura em voz alta ajuda os alunos a estabelecerem uma interlocução com o texto, uma vez que é difícil para que eles, ainda nos seus primeiros anos como leitores, percebam essas minúcias, em especial se a leitura é feita em silêncio. Uma leitura silenciosa requer do leitor a competência para que faça, mentalmente, todo o processo imaginativo de transformar as palavras em cenas e imagens, extrair o suspense, o humor, as ironias e os sentimentos do texto, imprimir ritmo à narrativa e dar voz aos personagens, tudo isso sem utilizar nenhum recurso visual ou auditivo, apenas a imaginação. Nesse sentido, a experiência compartilhada da leitura em voz alta pode favorecer o desenvolvimento do gosto pela leitura, através da experiência de fruição, e, conseqüentemente, tende a favorecer o desenvolvimento da competência de leitura, pois propicia o contato com novos textos literários e novas leituras, de forma cada vez mais autônoma.

Ainda, Torres e Tettamanzy (2008) apontam que

O principal objetivo em contar uma história é divertir, estimulando a imaginação, mas, quando bem contada, pode atingir outros objetivos, tais como: educar, instruir, conhecer melhor os interesses pessoais, desenvolver o raciocínio, ser ponto de partida para trabalhar algum conteúdo programático, assim podendo aumentar o interesse pela aula ou permitir a auto-identificação, favorecendo a compreensão de situações desagradáveis e ajudando a resolver conflitos. Agrada a todos sem fazer distinção de idade, classe social ou circunstância de vida. (TORRES E TETTAMANZY, 2008, p. 3)

Com base nesses pressupostos, fica evidente a disparidade entre as possibilidades de alcance dos objetivos em uma aula presencial e uma aula remota. Ao contrário dos alunos que participaram das aulas presencialmente, aqueles que estavam de forma remota apenas receberam o material com os contos, questões de interpretação e os desdobramentos das questões gramaticais. Isso implica que não houve forma de orientar a leitura: ela pode ter sido silenciosa, pode ter sido em voz alta, pode ter sido mediada pelos pais ou, ainda, pode ter sido desconsiderada em detrimento das atividades gramaticais e das tantas outras atividades referentes às outras matérias escolares. Não foi possível sequer acompanhar o desenvolvimento (ou o não desenvolvimento) desses alunos.

A esse respeito, os alunos em ensino remoto talvez pudessem ter se beneficiado de gravações, em vídeo ou apenas em áudio, das explicações propostas em aula, das correções comentadas das atividades e dos textos literários, aproximando-os do processo tal como ocorreu na modalidade presencial. Isso poderia ter auxiliado como uma ferramenta para mitigar as grandes diferenças percebidas entre o ensino presencial e o remoto. Contudo, isso, muitas vezes, vai de encontro às condições físicas de acesso e domínio das ferramentas tecnológicas, bem como de tempo disponível para realização de uma carga-horária que seria certamente ainda mais pesada. Dada a impossibilidade da gravação durante o estágio, a alternativa a que se chegou foi a elaboração mais cuidadosa dos enunciados, para que os alunos pudessem realizar as atividades com mais autonomia.

Ainda, há que se destacar o papel da prefeitura municipal, que atuou na criação da plataforma digital Educa Web, uma ferramenta aprovada pelo Conselho Municipal de Educação, que padronizou o acesso de toda a rede pública municipal e facilitou o intermédio entre escolas e alunos. O Educa Web serviu como forma de mitigar as perdas durante o período de suspensão das aulas e seguiu sendo usado durante o período de ensino híbrido. Apesar disso, destaca-se que, ainda que tenha sido criada uma plataforma digital, uma pesquisa da Secretaria Municipal da Educação revelou que cerca de 23% dos alunos da rede municipal de ensino não possuíam acesso à internet, e a orientação era que, nesses casos, fossem entregues os materiais impressos pelas escolas, conforme pontua Flavia Noal (2020) em matéria sobre o retorno às aulas, que voltariam remotamente, após um período de suspensão.

Essa situação nos leva a refletir sobre a importância do papel do professor. Dado o ineditismo da situação que se vivia, e, portanto, da ausência de modelos consolidados a serem seguidos, destaca-se que quanto mais difícil a situação se mostra, mais protagonismo é exigido do professor. Esse contexto nos leva a refletir, hoje, já em uma situação de maior estabilidade e com o devido distanciamento, em estratégias que poderiam ter sido adotadas para aproximar os estudantes em ensino remoto de formas mais efetivas de ensino, tais como: tentar uma comunicação mais próxima com as famílias, produzir enunciados mais claros e tarefas mais breves, postar áudios com as leituras dos textos literários e

explicações dos conteúdos e atividades. Contudo, essas propostas entendem as limitações do período, que tangenciam o suporte que foi dado aos professores, que por mais que houvesse, ainda não era suficiente, dado o ineditismo da situação; a dificuldade de grande parte das famílias de orientar o processo educacional de seus filhos; a falta de acesso aos meios digitais por parte dos alunos, para apontar algumas delas.

Contudo, há que se destacar que, mesmo que se tratasse de um contexto desafiador, o calendário escolar da Rede Municipal de Ensino foi mantido e não sofreu prejuízo nos 200 dias letivos, possibilitando que o ano seguinte iniciasse em relativa normalidade para que se começasse o processo de recuperação das perdas sofridas no ano anterior, apesar das circunstâncias de restrição mais severas enfrentadas também no primeiro semestre de 2021.

Conforme apontado previamente neste relato, a escola atende a públicos de diferentes condições sociais e de acesso, e a falta do suporte direto do professor tende a colaborar para que se dilatem ainda mais as desigualdades sociais, cujas consequências vão muito além do contexto escolar. Ainda assim, mesmo os alunos cujos pais dispunham de melhores condições financeiras se beneficiariam com o suporte dos professores. A carga de matérias, conteúdos e atividades realizadas semanalmente pelos alunos nas escolas é expressiva e diversa, e é certamente uma responsabilidade desafiadora que os pais, majoritariamente sem preparo pedagógico e encarregados de demais funções domésticas e trabalhistas, tenham que garantir que os filhos acessem esses conhecimentos, que na escola seriam mediados por toda uma equipe de profissionais preparados para as diversas funções que a educação demanda.

Por fim, ainda que a quantidade de alunos frequentando as aulas de forma remota fosse proporcionalmente pequena, todos têm direito à educação no mesmo nível qualitativo. Além disso, essas constatações nos levam a refletir sobre os efeitos danosos de outros períodos da pandemia, de aulas totalmente remotas ou híbridas, que afetaram uma porção ainda mais expressiva dos estudantes brasileiros. Nesse contexto, cabe à escola a função de mitigar os efeitos deletérios do longo período de ensino remoto emergencial, e a experiência de estágio relatada neste trabalho certamente contribuiu para a formação de profissionais que estarão mais conscientes do papel essencial da escola na Educação Básica e mais empenhados em proporcionar experiências de aprendizagem mais significativas aos alunos.

3 Considerações finais

Finalizadas as práticas realizadas ao longo do componente de Estágio Supervisionado — Língua e Literatura no Ensino Fundamental, evidencia-se a importância de uma formação que propicie as ferramentas necessárias para o exercício da docência. Foi possível refletir sobre como a prática docente vai muito além de dominar os conteúdos, sendo esse só o primeiro passo. A partir dele, é necessário encontrar metodologias de ensino que sejam capazes de criar a ponte entre o aluno e os conhecimentos, habilidades e competências. Além disso, destacou-se a necessidade de se ter a capacidade de adaptar as práticas pedagógicas ao contexto, seja adaptando as metodologias às necessidades dos alunos, seja adaptando as metodologias nos momentos de instabilidade, como no caso daqueles instaurados pela pandemia de COVID-19.

Nesse sentido, a realização do estágio, sob a mentoria da professora orientadora do componente de Estágio Supervisionado e da professora supervisora, titular das turmas em que se realizou o estágio, contribuiu para uma maior qualidade na formação dos estudantes de graduação. A experiência de estar em sala de aula e reger as turmas é uma oportunidade sem a qual não seria possível vislumbrar a dimensão do impacto e da responsabilidade da atuação docente na Educação Básica. É notável a relevância de práticas pedagógicas empenhadas em promover experiências de aprendizagem mais significativas em que os alunos tenham a oportunidade de estabelecer uma relação com o processo de ensino-aprendizagem, de modo que a mediação forneça a eles as ferramentas para que possam realizar esse processo de maneira cada vez mais autônoma. Dessa forma, o ensino de Língua Portuguesa e Literatura pode viabilizar que os alunos aprendam a ler e a escrever, mas também a interpretar textos orais ou escritos e a se colocar no mundo de forma mais consciente e competente a partir do uso da linguagem.

Para que isso seja possível, verifica-se a dimensão da construção de saberes ao longo da graduação, essenciais para subsidiar a composição dos planejamentos e a posterior prática da regência. Destaca-se o compromisso do curso Letras do IFRS *campus* Bento Gonçalves no sentido de cumprir com o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica (2019) e o Projeto Pedagógico do Curso (2017), que ressaltam a necessidade de articulação entre o conhecimento teórico e a prática em sala de aula. Para que a realização do estágio fosse possível, essa articulação precisou ocorrer de modo progressivo e coeso ao longo de todo percurso formativo, para que pudesse conduzir a uma prática mais efetiva nos componentes de estágio.

Ao longo da realização das atividades, destacou-se a forte marca da pandemia no contexto de ensino. Em vista disso, reforça-se o papel determinante da escola e do professor no processo de ensino-aprendizagem.

Referências

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 05 fev. 2022.

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica*. Brasília: MEC, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 fev. 2022.

CANDIDO, A. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bento-goncalves/panorama>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL. *Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa*. Bento Gonçalves, 2017. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/bento/wp-content/uploads/sites/13/2021/08/PPC_Letras_BG_com_Anexos_2017>. Acesso em: 05 fev. 2022.

_____. *Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado*. Bento Gonçalves, 2018. Disponível em: <<https://ifrs.edu.br/bento/wp-content/uploads/sites/13/2018/12/Regulamento-de-Est%C3%A1gio-Curricular-Supervisionado.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2022.

MACHADO, A. M. *Como e por que ler os clássicos universais desde cedo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

NOAL, Flavia. Escolas municipais voltam às aulas de maneira remota em Bento Gonçalves. *Jornal Pioneiro*, Bento Gonçalves, 18 maio 2020. Pioneiro Geral. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2020/05/escolas-municipais-voltam-as-aulas-de-maneira-remota-em-bento-goncalves-12522456.html>>. Acesso em: 26 out. 2022.

PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. São Paulo: Editora 34, 2009.

TORRES, S. M.; TETTAMANZY, A. L. L. Contação de histórias: resgate da memória e estímulo à imaginação. *Revista Nau Literária*. Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan/jun 2008. <https://doi.org/10.22456/1981-4526.5844>

Data de submissão: 13/04/2022. Data de aprovação: 31/10/2022.